

Brasileiro rejeita mudança no Código

Uma pesquisa sobre a reforma do Código Florestal apontou que o brasileiro não é favorável ao texto aprovado na Câmara dos Deputados. Contratado pelas ONGs ambientalistas Amigos da Terra, Imafloira, Imazon, ISA, SOS Mata Atlântica e WWF-Brasil, o Datafolha ouviu, por telefone, 1.286 pessoas, entre os dias 2 e 7 de junho. Na opinião de 85% dos entrevistados, a reforma deveria ter priorizado a preservação das florestas e rios, ainda que, em alguns casos, isso prejudicasse a produção agropecuária. Outros 77% são favoráveis à recomposição das áreas desmatadas ilegalmente. Com relação às áreas de morros, encostas e várzeas, que deveriam estar preservadas mas foram ocupadas por plantações e pastagens, 66% dos brasileiros responderam que devem ser mantidas apenas as atividades que segurem o solo e não representem riscos de acidentes. Para 45%, os agropecuaristas deveriam ser perdoados somente se concordarem em repor a vegetação desmatada, enquanto outros 48% dizem que eles deveriam ser punidos de qualquer forma, mesmo repondo a vegetação, para servirem de exemplo para as gerações futuras. O objetivo da pesquisa é fragilizar o Congresso Nacional mostrando que a decisão é contrária à vontade do povo.

Adiado o prazo votação no Copam

A eleição dos representantes de organizações não-governamentais, entidades civis, comunidade acadêmica e científica e poder municipal para vagas de conselheiro do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) foi adiada. Os editais de convocação foram revogados conforme ato publicado, na última sexta-feira (17), no Minas Gerais. O procedimento visa rever as regras disciplinadoras do processo de seleção das instituições a que se refere o artigo 25 do Decreto nº 44.667, de 3 de dezembro de 2007, para atendimento do interesse público. A princípio, as eleições para recomposição do Copam, que aconteceriam entre os dias 13 e 16 últimos, serão postergadas para os dias 27 a 30 deste mês. A relação final dos habilitados a concorrer está disponível em: <http://www.conselhos.mg.gov.br/copam>



Estado descarta coleta seletiva sem catadores

Estado lança, em junho, plano de coleta seletiva

O Plano Estadual de Coleta Seletiva (PECS), elaborado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), está em fase de finalização e deve ser lançado no início do próximo mês. O Plano prevê uma série de princípios e diretrizes para ampliar os serviços de coleta seletiva, reduzir as desigualdades regionais e fortalecer os instrumentos previstos na legislação para reciclagem de resíduos sólidos urbanos nos municípios mineiros. O trabalho foi desenvolvido em parceria com a Fundação Israel Pinheiro (FIP) e o Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (Insea), sob a coordenação do Centro Mineiro de Referência em Resíduos (CMRR). O PECS foi apresentado e aprovado na Câmara Temática de Indústria Mineração e Infraestrutura do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) em 30 de novembro de 2010 e, a partir de março deste ano, passou à fase de apresentação e discussão nas nove Unidades Regionais Colegiadas do Conselho, além de ter sido discutido, também, com entidades representativas dos catadores de materiais recicláveis. O presidente da Feam, José Claudio Junqueira, destaca que o Estado só apoiará a coleta seletiva que incluir o catador e defende que a regularidade e a continuidade do serviço não dependa das sucessões políticas.

Caixa financia recuperação de nascentes

Instituições sem fins lucrativos registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais (Cnea) que possuam projetos voltados para recuperação de nascentes e de matas ciliares em bacias hidrográficas terão até o dia 5 de agosto para se inscrever no Fundo Socioambiental (FSA), da Caixa Econômica Federal. O FSA destinará R\$ 4 milhões para apoiar projetos de instituições públicas e privadas. Os projetos selecionados receberão entre R\$ 200 mil e R\$ 500 mil durante o prazo máximo de 18 meses. Criado em 2010 para promover a cidadania e o desenvolvimento sustentável, o FSA recebe até 2% do lucro real da Caixa para investir em projetos de inclusão social e proteção da biodiversidade, bem como na geração de trabalho e renda. Para mais informações, os interessados podem consultar a Chamada Pública 002/2011, disponível no sítio www.caixa.gov.br/download